



AGRÍCOLA RIO GALHÃO S.A.

NIRE 17.300.003.085
CNPJ/MF nº 13.429.096/0001-50

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 2022

DATA, HORA, LOCAL: Aos 10 dias do mês de junho de 2022, às 10:00 horas, na Fazenda Ponte Alta, Loteamento Ponte Alta, Lote 8A, Gleba 22, 6ª Etapa, Zona Rural, Mateiros, CEP 77593-000, Estado do Tocantins, sede social da companhia. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada nos termos do parágrafo 4º, do Artigo 124, da Lei 6.404/76. **PRESENCAS:** acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença dos Acionistas da Companhia. Presentes também os Diretores da Companhia. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente: Fernando Luis Cardoso Bueno e Secretário: Sergio Battistella Bueno. **ORDEM DO DIA:** **1** exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020; **2** destinação do resultado do exercício; **3** fixação do limite do valor da remuneração anual global a ser paga aos diretores da Companhia para o exercício fiscal de 2022; **5** outros assuntos do interesse social. **DELIBERAÇÕES:** Na conformidade da Ordem do Dia, as seguintes deliberações foram tomadas, por unanimidade de votos deixando de votar os legalmente impedidos: **1** foram aprovadas, sem reservas, as contas dos administradores, consubstanciadas no Relatório e nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, devidamente auditadas, documentos estes anexados à presente ata como **DOCUMENTOS I e II**, tendo sido dispensada sua publicação e dos anúncios a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, nos termos dos Artigos 294, II e 133, §4º da Lei nº 6.404/76, respectivamente; **2** sendo positivo o resultado do exercício decidiu a assembleia fosse o mesmo compensado com a rubrica prejuízos acumulados e o saldo, após a constituição da reserva legal, passasse a constituir reserva de lucros. **3** foi fixada, para o presente exercício social, uma remuneração anual e global de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para a Diretoria da Companhia, a qual será distribuída entre seus membros conforme decidirem em Reunião própria. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, e como ninguém desejasse fazer uso da palavra, foi encerrada a reunião, da qual lavrou-se a presente ata em livro próprio, que lida e achada conforme, foi por todos assinada de forma eletrônica, autorizada sua publicação na forma da legislação em vigor, por meio eletrônico ou físico, sob a forma de resumo ou integralmente. **Presente a totalidade**



dos acionistas: Mathias Alexey Woelz, Fernando Luis Cardoso Bueno, Sergio Battistella Bueno, Paulo Battistella Bueno, Marcelo Battistella Bueno, João Pedro Ferraz Bueno, Laercio Aparecido Branco, Sebastião da Silva Pimentel Júnior, Praxis Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. e Eliton de Almeida Santos. Mateiros - TO, 10 de junho de 2022.

FERNANDO LUIS CARDOSO BUENO
Presidente da Mesa

SERGIO BATTISTELLA BUENO
Secretário da Mesa

ACIONISTAS:

MATHIAS ALEXEY WOELZ

FERNANDO LUIS CARDOSO BUENO

SERGIO BATTISTELLA BUENO

PAULO BATTISTELLA BUENO

MARCELO BATTISTELLA BUENO

JOÃO PEDRO FERRAZ BUENO
p.p. Marcelo Battistella Bueno

LAÉRCIO APARECIDO BRANCO
p.p. Marcelo Battistella Bueno

SEBASTIÃO DA SILVA PIMENTEL JÚNIOR
p.p. Marcelo Battistella Bueno

PRAXIS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA
FERNANDO LUIS CARDOSO BUENO - ADMINISTRADOR

ELITON DE ALMEIDA SANTOS

FERNANDO LUIS CARDOSO BUENO
OABTO 2537ª

A PRESENTE É CÓPIA FIEL DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA AGRÍCOLA RIO GALHÃO S.A. REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 2022 LAVRADA NO LIVRO PRÓPRIO DA COMPANHIA

FERNANDO LUIS CARDOSO BUENO
Presidente da Mesa

SERGIO BATTISTELLA BUENO
Secretário da Mesa

Agrícola Rio Galhã S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2021



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. Luiz Eduardo Toledo Prado, 870 -
6º andar, Sala 602 - Vila do Golf,
Ribeirão Preto (SP) Brasil

T +55 16 3103-8940

Aos Administradores e Acionistas da
Agrícola Rio Galhã S.A.
Mateiros – TO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Agrícola Rio Galhã S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 06 de junho de 2022



Marcelo Castro Valentini
CT CRC 1SP-239.472/O-2

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0

Agrícola Rio Galhã S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em reais)

ATIVO

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	625.174	73.010
Aplicação financeira	5	-	276.230
Contas a receber	6	6.299.466	-
Ativo biológico	8	25.449.545	12.036.873
Estoques	7	61.620.579	64.013.568
Impostos a recuperar	-	1.460.124	804.476
Adiantamento a fornecedor	-	434.540	42.866
Total do ativo circulante		<u>95.889.428</u>	<u>77.247.023</u>
Ativo não circulante			
Impostos a recuperar	-	5.047	10.323
Investimentos	9	221.792	6.129.570
Imobilizado	11	12.031.266	11.590.565
Total do ativo não circulante		<u>12.258.105</u>	<u>17.730.458</u>
Total do ativo		<u>108.147.533</u>	<u>94.977.481</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Agrícola Rio Galhã S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Passivo circulante			
Fornecedores	12	656.081	387.001
Empréstimos e financiamentos	13	16.763.426	16.777.077
Impostos a recolher	-	7.776	11.564
Salários e ordenados	-	3.499	3.237
Adiantamentos de clientes	-	-	114.345
Total do passivo circulante		<u>17.430.782</u>	<u>17.293.224</u>
Passivo não circulante			
Fornecedores	12	5.540.978	5.540.978
Empréstimos e financiamentos	13	12.016.827	19.305.428
Partes relacionadas	10	39.138.345	32.276.187
Impostos diferidos	18	342.159	152.804
Total do passivo não circulante		<u>57.038.309</u>	<u>57.275.397</u>
Patrimônio líquido	14		
Capital social	-	20.000.000	20.000.000
Reserva Legal		720.137	56.658
Reserva de lucros (prejuízos acumulados)	-	12.958.305	352.202
Total do patrimônio líquido		<u>33.678.442</u>	<u>20.408.860</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>108.147.533</u>	<u>94.977.481</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Agrícola Rio Galhã S.A.

Demonstrações de resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em reais)

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita operacional líquida	15	14.523.491	8.513.583
Varição do valor justo do ativo biológico	8	6.153.456	309.255
Custo dos produtos vendidos	16	(7.761.420)	(3.846.839)
Resultado bruto		<u>12.915.527</u>	<u>4.975.999</u>
Despesas gerais e administrativas	16	(1.122.455)	(909.892)
Resultado de equivalência patrimonial	9	-	418.004
Outras receitas e despesas operacionais	18	5.049.064	(158.865)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		<u>16.842.136</u>	<u>4.325.246</u>
Resultado financeiro	17	(1.839.424)	(2.916.515)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>15.002.712</u>	<u>1.408.731</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	(189.355)	(9.525)
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(1.543.775)	(266.041)
Resultado do exercício		<u><u>13.269.582</u></u>	<u><u>1.133.165</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Agrícola Rio Galhã S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Resultado do exercício	13.269.582	1.133.165
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>13.269.582</u>	<u>1.133.165</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Agrícola Rio Galhã S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em reais)

	Capital social	Reserva Legal	Reserva de Lucros		Prejuízos acumulados	Total
			Reserva de Lucros	Dividendos mínimos obrigatórios		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	20.000.000	-	-	-	(724.305)	19.275.695
Resultado do exercício	-	-	-	-	1.133.165	1.133.165
Constituição reserva legal	-	56.658	-	-	(56.658)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	88.051	(88.051)	-
Destinação dos lucros	-	-	264.151	-	(264.151)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	20.000.000	56.658	264.151	88.051	-	20.408.860
Resultado do exercício	-	-	-	-	13.269.582	13.269.582
Constituição reserva legal	-	663.479	-	-	(663.479)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	3.151.526	(3.151.526)	-
Destinação dos lucros	-	-	9.454.577	-	(9.454.577)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	20.000.000	720.137	9.718.728	3.239.577	-	33.678.442

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Agrícola Rio Galhã S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	13.269.582	1.133.165
Ajustes por:		
Depreciação	311.479	288.392
Varição do valor justo do ativo biológico	(6.153.456)	(309.255)
Juros sobre empréstimos e financiamentos e partes relacionadas	2.750.022	2.633.864
Resultado de equivalência patrimonial	-	(418.004)
Impostos diferidos	189.355	9.525
	<u>10.366.982</u>	<u>3.337.687</u>
Varição nos ativos e passivos		
Contas a receber	(6.299.466)	84.567
Impostos a recuperar	(650.372)	(368.308)
Ativo biológico	(7.259.216)	(5.075.073)
Estoques	2.392.989	70.000
Adiantamentos a fornecedores	(391.674)	818.353
Fornecedores	269.080	182.756
Salários e ordenados	262	(6.363)
Adiantamentos de clientes	(114.345)	114.341
Impostos a recolher	(3.788)	(11.777)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(1.689.548)</u>	<u>(853.817)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicação financeira	276.230	525.000
Investimentos	5.907.778	(6.280)
Imobilizado	(752.181)	(3.035.679)
Caixa líquido proveniente (utilizado) nas atividades de investimento	<u>5.431.827</u>	<u>(2.516.959)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captação	18.871.975	31.736.576
Pagamento (principal e juros)	(28.924.248)	(25.927.877)
Parte relacionada	6.862.158	(2.581.687)
Caixa proveniente das atividades de financiamento	<u>(3.190.115)</u>	<u>3.227.012</u>
Aumento (Diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	<u>552.164</u>	<u>(143.764)</u>
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício	73.010	216.774
Caixa e equivalentes de caixa - no final do exercício	625.174	73.010
Aumento (Diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	<u>552.164</u>	<u>(143.764)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em reais)

1. Contexto operacional

A Agrícola Rio Galhã S.A. (“Companhia”) constituída em 09 de novembro de 2010, com o capital social de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), a integralizar, é uma companhia de capital fechado, com sede na cidade de Mateiros – TO e tem por objeto social: **(i)** a compra, venda, arrendamento e produção agrícola direta e/ou em parceria de imóveis rurais; **(ii)** a produção agrícola e agropecuária – criação, recria, engorda, compra e venda de bovinos para corte, diretamente ou em parceria; **(iii)** o comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados; **(iv)** os serviços de pulverização, aplicação de defensivos, fertilizantes e controle de pragas agrícolas; **(v)** serviços de supressão e poda de árvores para lavouras; **(vi)** os serviços de correção, adubação, preparo do terreno, plantio, cultivo e colheita de produtos agrícolas e outras atividades de apoio à agricultura; **(vii)** a participação, em caráter permanente ou temporário, no capital e nos resultados de outras companhias, nacionais e estrangeiras, na condição de acionista, sócia, quotista ou titular de debêntures e **(viii)** a participação em empreendimentos imobiliários rurais. Em 29 de novembro de 2013, houve a integralização de capital no montante de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

Impactos da pandemia COVID-19

A Agrícola Rio Galhã S/A, diante do surto de Coronavírus (COVID-19), com o objetivo de manter a segurança dos seus colaboradores e a continuidade de suas operações, adotou durante os anos de 2020 e 2021 as seguintes medidas:

- i)** Foi criado e mantido um Comitê de Prevenção e Risco para avaliação contínua da situação geral; atualização das medidas preventivas e ações de minimização de riscos, assim como para coordenação da execução de planos de ação;
- ii)** Foi adotada rotina de trabalho remoto (home office) para: **(i)** grupos de risco indicados pelo Ministério da Saúde; **(ii)** colaboradores que tenham retornado recentemente de viagens internacionais, respeitando o período de quarentena recomendado pelas autoridades; e **(iii)** colaboradores dos escritórios corporativos em Palmas e São Paulo;
- iii)** Foram implantadas diversas medidas e protocolos no sentido de preservar a segurança de todas as pessoas envolvidas em seu contexto operacional, seguindo as orientações do Ministério da Saúde;
- iv)** Foi criado plano de contingência para sustentação de nossas operações.

As operações da Companhia transcorreram normalmente em 2021, sem impacto relevante nas

Demonstrações contábeis e nem alteração nas estimativas de produção e faturamento, em decorrência da pandemia do COVID-19.

A Companhia reafirma que estão mantidas todas as medidas cabíveis para garantir a integridade e segurança das pessoas envolvidas na operação e de toda a comunidade de interesse.

Planejamento e desenvolvimentos sustentáveis

A Agrícola Rio Galhã (ARG) se inspira na tabela de materialidade da SASB para estruturar suas práticas de ESG, organizadas em cinco dimensões amplas de sustentabilidade: Ambiental, Social, Capital Humano, Modelo de Negócios & Inovação, Liderança & Governança.

Dimensão Ambiental

Na Agrícola Rio Galhã (ARG) valoriza-se a produção agrícola sustentável - ou também chamada "agroambiental", que é aquela que procura manter a resiliência dos ecossistemas produtivos. Cinco aspectos norteiam a ARG na sua conduta ambiental: conservação da biodiversidade, redução da pegada de carbono, energia renovável, gestão de água e uso eficiente de recursos.

- a) Biodiversidade: a ARG procura conservar a biodiversidade em percentuais acima dos exigidos pelo Código Florestal Brasileiro. Mantém sua reserva legal sempre acima dos mínimos exigidos, sempre preservadas as APPs e Veredas. A empresa é livre de autos de infração ambiental ou de termos de ajustamento de conduta. Suas terras são registradas no CAR Nacional, são devidamente tituladas com georreferenciamento certificado pelo Incra. As atividades agrícolas na ARG são licenciadas, incluindo o cultivo e a infraestrutura industrial e energética implantada na propriedade.
- b) Redução da Pegada de Carbono: A ARG utiliza o plantio direto, que é um dos sistemas mais eficazes no sequestro de carbono, oriundo de um dos principais gases causadores do efeito estufa, o CO₂ (dióxido de carbono).
- c) Energia Renovável: Em 2020, ARG implantou uma usina de produção de energia fotovoltaica para alimentar todas as suas unidades consumidoras, introduzindo o excesso de geração na linha de transmissão da concessionária local, Energisa.
- d) Gestão da Água, fauna e flora: A ARG submete ao Naturatins o resultado de campanhas com estudos sobre a fauna, flora e água na sua micro região, objetivando ajustar seu Programa Ambiental de longo prazo. Ao mesmo tempo em que preserva suas fontes de captação e recursos hídricos com exames periódicos de qualidade das águas, mantém rigoroso programa de combate e prevenção a incêndios, para o que prepara a implantação de uma brigada específica para isso a ser dotada de treinamento e equipamentos especiais para sua operação.
- e) Uso eficiente de recursos: Aumentar a produtividade do solo e otimizar as atividades agrícolas é uma das metas da ARG. Estão sendo implantados sistemas de integração lavoura, pecuária, floresta (ILPF), com projeto para produção inicial de 1.300 cabeças de gado/ano e experimentação de variedades de eucalipto. Além disso, foi instalado um silo para pré-limpeza e secagem de grãos que contribuiu para a otimização da logística produtiva e comercial, sendo este o segundo ano de seu funcionamento. Os resíduos desse beneficiamento são utilizados para alimentação suplementar do rebanho.

Dimensão Capital Social

Contribuir para o bem estar do nosso entorno faz parte dos valores da ARG. Desde o início de suas atividades a ARG se preocupa com as populações ribeirinhas e quilombolas dos municípios vizinhos, principalmente os localizados no Jalapão. A ARG apoiou o Governo do Tocantins na organização da cadeia produtiva do Capim Dourado, promovendo sua divulgação e a geração de oportunidades de negócio para diferentes comunidades. Participou na reforma da Escolinha e da ponte sobre o Rio Galhã, na Comunidade Galhã, implantando uma horta comunitária na mesma. Forneceu vigamento de concreto para a reconstrução da ponte de acesso à Comunidade Quilombola da Mumbuca. Contribuiu para a construção da Escolinha da Comunidade da Boa Esperança, anexa à Comunidade Quilombola da Mumbuca, a quem apoia todos os anos com a Festa da Colheita do Capim Dourado. Disponibilizou seus maquinários e colaboradores para auxiliar na manutenção das estradas de uso das comunidades do entorno. Além disso, a ARG catalisou uma campanha em São Paulo para a captação de livros destinados

às bibliotecas municipais de Mateiros, Ponte Alta, Lagoa do Tocantins e Rio dos Bois, o que permitiu a doação de mais de 10.000 livros para estas comunidades.

Dimensão Capital Humano

A ARG valoriza a saúde e o bem estar dos seus colaboradores. Possui assistência permanente de engenheiro especializado em normas técnicas de segurança no trabalho e leis trabalhistas para cumprimento e conformidade pela administração e colaboradores. Através de um convênio permanente com SENAR, a ARG oferece treinamentos de aperfeiçoamento aos colaboradores, preferencialmente de Corrente-PI e de Mateiros-TO, para atividades como proteção pessoal e uso de EPIs, operação e manutenção de máquinas agrícolas, reciclagem e retorno de embalagens de produtos de uso agrícola (logística reversa), trabalho em espaço confinado e em altura, dentre outros. Durante a pandemia do Covid 19, a ARG valorizou seu capital humano, preservou integralmente as relações de emprego, mantendo seus colaboradores e sustentando integralmente suas remunerações.

Modelo de Negócios & Inovação

A ARG acredita no poder do coletivo. Oferece premiação de seus colaboradores destacados com participações societárias, transformando-os em sócios do negócio. Escolha sua produção com os mais renomados players internacionais, que exijam de seus fornecedores cumprimento dos princípios ESG.

Liderança & Governança

Desde sua fundação em 2013 a ARG submete suas contas anuais à apreciação e auditoria de renomadas empresas especializadas como a Grant Thornton. A empresa busca diversificar suas fontes de *funding* para financiamento de seus projetos e de sua operação agropecuária, utilizando-se para tanto das maiores instituições financeiras públicas e privadas no país, o que lhe assegura equilíbrio em seu perfil de dívida e estabilidade em sua captação de recursos no mercado. São elas: Banco do Brasil, Banco da Amazônia, Bradesco e Sicoob Cocred.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As presentes demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações contábeis da Companhia foi aprovada em 06 de junho de 2022.

Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

3. Apresentação das demonstrações e principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações contábeis são:

a) Instrumento financeiro

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando os mesmos forem parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em exercícios subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica "Receitas financeiras" (Vide Nota Explicativa nº 17).

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for: **(i)** uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios; **(ii)** mantido para negociação; ou **(iii)** designado ao valor justo por meio do resultado.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior. Não aplicável para a Companhia.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Não aplicável para a Companhia.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Não aplicável para a Companhia.

Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Consistem basicamente em valores mantidos em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um risco insignificante de mudança de valor e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias.

c) Aplicações financeiras

Representadas, basicamente, por títulos de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e cotas de fundos, com vencimento acima de 90 dias, e estão classificadas como restritas aos financiamentos com vencimento futuro e/ou pela intenção de realização como investimentos da Administração da Companhia. Os ativos financeiros estão classificados em categoria específica como ativos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

d) Estoques

Representados substancialmente por imóveis rurais mantidos para venda, na não efetivação da venda as mesmas são utilizadas para a obtenção de rendas através de contratos de parceria agrícola.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Administração da Companhia optou pelo registro a custo de aquisição, adicionado dos gastos incorridos e necessários para colocar os referidos imóveis rurais em utilização, considerando que para adotar o método de valor justo traria custo ou esforço excessivo.

e) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido, quando aplicáveis, de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados ao componente irão fluir para a Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil-econômica estimada de cada componente demonstrada na Nota Explicativa nº 11.

f) Ativo biológico

Os ativos biológicos da Companhia correspondem, substancialmente, às culturas de soja e milho e são mensurados pelo valor justo menos as despesas de venda.

As lavouras de soja e milho são culturas temporárias, nas quais o produto agrícola é colhido após um período que varia de 110 a 180 dias após a data de plantio, dependendo da cultura, variedade, localização geográfica e condições climáticas. Essas lavouras são cultivadas pela Companhia com o objetivo de colher e comercializar o produto agrícola correspondente. As premissas significativas utilizadas na determinação do valor justo desses ativos biológicos estão demonstradas na Nota Explicativa nº 8.

O valor justo dos ativos biológicos é determinado no seu reconhecimento inicial e na data-base das demonstrações contábeis. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos é determinado pela diferença entre o valor justo e os custos incorridos com plantio e tratamentos culturais dos ativos biológicos até o momento da avaliação sendo registrado no resultado do período na rubrica "Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas".

Em determinadas circunstâncias, a estimativa do valor justo menos as despesas de venda se aproxima do correspondente valor de custo de formação até aquele momento, especialmente quando uma pequena transformação biológica ocorre desde o momento inicial ou quando não se espera que o impacto dessa transformação sobre o preço seja material (basicamente no caso de lavouras plantadas a poucos dias do encerramento das demonstrações contábeis ou culturas de ciclo curto) sendo que, nesses casos, os gastos incorridos podem permanecer avaliados ao custo.

g) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Ao avaliar a perda de valor recuperável, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente do futuro fluxo de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando aplicável. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade.

h) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

i) Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício apresentado, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base no fluxo de caixa estimados para liquidá-los, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for praticamente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

A provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários está registrada, quando aplicável e/ou necessário, de acordo com a avaliação de risco (perdas prováveis) efetuada pela Administração da Companhia e de sua controlada e por seus consultores jurídicos, inclusive quanto à classificação das perdas no longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não está envolvida em processos judiciais cuja probabilidade de perda tenha sido estimada como provável e/ou possível.

j) Reconhecimento da receita

A receita operacional é oriunda do curso normal das atividades dos contratos de parcerias agrícolas e é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional pode ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor pode ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

k) Receita financeira e despesa financeira

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

l) Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

i.1) Impostos correntes

O regime de tributação é o lucro presumido, aplicando o percentual de 8% sobre as receitas operacionais e 100% sobre as receitas não operacionais, para apurar a base de cálculo do imposto de renda; daí se aplica a alíquota de 15% (acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240 para imposto de renda). Para a contribuição social, aplicam-se os percentuais de 12% sobre as receitas operacionais e 100% sobre as receitas não-operacionais, para apurar a base de cálculo. A essa base se aplica a alíquota de 9%, chegando-se à contribuição social a recolher.

m) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

n) Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

o) Novas normas e interpretações revisadas, já emitidas e adotadas

O IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do NBC TG 26/R5 (IAS 1), de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem os seguintes pontos:

- a) O que significa um direito de postergar a liquidação;
- b) O direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- c) Essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e
- d) Somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

O IASB emitiu alterações na divulgação de práticas contábeis, que esclarece aspectos a serem considerados na divulgação de políticas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023.

O IASB emitiu alterações no NBC TG 23/R3 (IAS 8), esclarece aspectos a serem considerados na definição de estimativas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023.

A Empresa irá avaliar o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação

4. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, determinado para fins de divulgação é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis.

5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira

	31/12/2021	31/12/2020
Bancos conta movimento	8.499	36.810
Aplicações financeiras (liquidez imediata)	616.675	36.200
Aplicações financeiras	-	276.230
Total	625.174	349.240

Caixa e equivalentes	625.174	73.010
Aplicação Financeira	-	276.230

O saldo de bancos compreende valores que serão utilizados para pagamentos de compromissos no início do mês subsequente ao encerramento do exercício.

As aplicações financeiras correspondem a fundos de investimentos e CDBs que busquem remuneração acima da variação do CDI (SELIC) no período. Visando uma melhor remuneração foi adquirida uma aplicação com vencimento para o mês de setembro.

A exposição da Companhia a risco de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 20 – Instrumentos Financeiros.

6. Contas a receber de clientes

	31/12/2021	31/12/2020
Bunge Alimentos	119.466	-
Eucledes Noglio Merlin	6.180.000	-
Total	6.299.466	-

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, quando necessária, é constituída em montante considerado suficiente pela Administração, diante de eventuais perdas.

7. Estoques

	31/12/2021	31/12/2020
Imóveis rurais	43.914.971	47.720.533
Benfeitorias e melhoramentos (a)	16.293.035	16.293.035
Defensivos	1.316.661	-
Outros	95.912	-
Total	61.620.579	64.013.568

(a) Benfeitorias e melhoramentos incorporados com a “abertura” dos imóveis rurais

A Administração da Companhia tem a intenção de vender seus estoques, representados substancialmente por imóveis rurais mantidos, para obtenção de rendas através de contratos de parceria agrícola. Assim, a Administração entende que essas propriedades rurais devem ser registradas na referida rubrica, tendo em vista que seu objeto social é a compra, venda, arrendamento e produção agrícola direta e/ou em parceria, de imóveis rurais.

As propriedades rurais, classificadas em estoques, estão mensuradas a custo de aquisição e/ou formação.

O Lote 8A da 6ª Etapa com valor contábil de R\$7.397.535, foi avaliado pelo Banco da Amazônia S.A., em 26 de novembro de 2018, para fins de garantia de operação de crédito em R\$ 11.094.035; O Lote 7A com valor contábil de R\$ 3.564.725, foi avaliado pelo Banco da Amazônia S. A, em 10 de julho de 2019, para fins de garantia de operação de crédito em R\$ 12.708.127 e o Lote 8A da 3ª Etapa com valor contábil de R\$ 3.045.324, foi avaliado pela Companhia SGL – Avaliações, Perícias e Engenharia em 28 de agosto de 2019 para fins de garantia de operação de crédito junto ao Banco Bradesco S.A., em R\$11.094.035. Mesmo discrepando substancialmente os valores contábeis dos seus imóveis em comparação com seus valores de mercado, como se observa dos exemplos acima, não é intenção da Companhia proceder à reavaliação dos mesmos.

8. Ativo biológico

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo biológico – Grãos (i)	18.663.975	11.370.649
Ativo biológico – Rebanho (ii)	6.785.570	666.224
Total	25.449.545	12.036.873

(i) Ativo biológico Grãos

	Soja	Milho	Total
Saldo dos ativos biológicos em 1º de janeiro de 2020	6.652.545	-	6.652.545
Ativo biológico – custos de formação	6.724.287	-	6.724.287
Redução decorrente da colheita	(2.000.626)	-	(2.000.626)
Variação do valor justo	(5.556)	-	(5.556)
Saldo dos ativos biológicos em 31 de dezembro de 2020	11.370.649	-	11.370.649
Ativo biológico – custos de formação	6.918.727	3.064.470	9.983.197
Redução decorrente da colheita	(11.370.649)	-	(11.370.649)
Variação do valor justo	8.742.765	(61.987)	8.680.778
Saldo dos ativos biológicos em 31 de dezembro de 2021	15.661.492	3.002.483	18.663.975

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia explorava cerca de 2.265 hectares de terras (em 31 de dezembro de 2020, cerca de 2.300 hectares) cultiváveis de terras próprias, localizadas no Estado de Tocantins e nelas são cultivadas culturas temporárias, com destaque para soja e milho.

O valor justo dos ativos biológicos da Companhia representa o valor, na pendência da colheita do presente ano safra, estimativa de rentabilidade futura estimada, de acordo com o nível III – Abordagem de Receita estabelecido pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (IFRS 13), para esses ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas pela Administração da Companhia.

As terras próprias em que as lavouras estão plantadas são classificadas no estoque e não integram o valor justo dos ativos biológicos.

Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo

- Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da: (i) produção estimada, medida em sacas de 60 kg para a soja e, (ii) do preço do mercado futuro de cada produto, quando disponível;
- Saídas de caixa representadas pela estimativa de: (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cultura (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a Colheita, Carregamento e Transporte (CCT) e, (iii) custo de capital, incluindo o aluguel das terras e de máquinas e equipamentos;
- Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina o valor justo dos ativos biológicos, que são registrados na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a rubrica "Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas" no resultado do exercício;
- O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da Administração na data das demonstrações contábeis e são revisados anualmente e, se necessário, ajustados.

Análise de sensibilidade

A Administração considera que o resultado obtido com a mensuração do valor justo dos ativos biológicos é sensível à variação das premissas descritas acima, e que o resultado real pode vir a aumentar ou reduzir em caso de diferenças entre os valores estimados e aqueles realizados no momento da colheita desses ativos.

As principais premissas que foram utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos são como segue:

Premissas da cultura de soja	2021	2020
Área total estimada de colheita (ha)	1.915	2.314
Produtividade prevista em sacas/arobas, líquido de parcerias agrícolas	54	60
Preços em R\$	158	140

Premissas da cultura de milho	2021	2020
Área total estimada de colheita (ha)	350	-
Produtividade prevista em sacas/arobas, líquido de parcerias agrícolas	120	-
Preços em R\$	75	-

A Administração entende que as premissas mais sensíveis às mudanças são a produtividade e o preço das commodities, nesse contexto, verificou se essas premissas fossem 10% maiores ou 10% menores em 31 de dezembro de 2021, a rubrica de ativo biológico – ajuste a valor justo seria apresentada com R\$ 15.397.787 mil e 7.727.048 mil, respectivamente.

(ii) Rebanhos

A Companhia possui atividades pecuárias, referentes a aumento de rebanho decorrente de operações de confinamento de gado ou de gado a pasto que estão sujeitas a realizar a valorização de seus ativos, a fim de se determinar o valor justo dos mesmos, baseando-se no conceito de valor a mercado "Mark to Market (MtM)", menos as despesas estimadas de vendas, no mínimo durante os encerramentos trimestrais, reconhecendo os efeitos destas valorizações diretamente no resultado dos períodos e exercícios.

As operações relativas aos ativos biológicos da Companhia são representadas por gado bovino a pasto (extensivo) e por gado bovino de confinamento de curto prazo (intenso). A operação é realizada através da aquisição de ativos biológicos para revenda, cuja valorização a mercado é mensurada de forma confiável, em virtude da existência de mercados ativos para essa avaliação, e encontram-se representados conforme a seguir:

	Rebanho
Saldo em 01 de janeiro de 2020	-
Aumento devido a aquisição	351.413
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	314.811
Saldo em 31 de dezembro de 2020	666.224
Aumento devido a aquisição	3.794.955
Perdas	(114.319)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	2.433.852
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.780.712

Em 31 de dezembro de 2021, os animais de fazenda mantidos para venda eram compostos de 196 bovinos (Em 31 de dezembro de 2020, 196), os animais mantidos em confinamento eram compostos de 351.413 bovinos (Em 31 de dezembro de 2020, 351.413).

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía quaisquer tipos de ativos biológicos com titularidade restrita ou dados como garantia de exigibilidades, bem como não existiam quaisquer outros riscos (financeiros, compromissos e climáticos) que impactassem os ativos biológicos da Companhia.

9. Investimento

	31/12/2021	31/12/2020
Pátria Terras Fundo de Invest. em Part.		
Quotas	-	4.198
Valor da quota	-	1.410,7739
Investimento registrado	-	5.504.425
Equivalência		418.004
Valor do investimento		5.922.429
Quotas Capital Cocred	221.792	207.141
Investimentos	221.792	6.129.570

O investimento no Pátria Terras FIP Multiestratégia, foi realizado no exercício de 2021 pelo valor de R\$8.258.247, dos quais foram registrados R\$1.444.196, de perda.

10. Partes relacionadas

	Saldo em 01/01/21		Valores atualizados / pagos	Valores atualizados / Recebidos	Saldo em 31/12/21	
	Ativo	Passivo			Ativo	Passivo
Fernando Luis Cardoso Bueno	-	2.390.472	6.412.483	6.227.850	-	2.205.839
Mathias Alexey Woelz	-	17.324.163	2.000.000	-	-	15.324.163
Paulo Battistella Bueno	-	1.964.545	6.153.393	6.108.361	-	1.919.514
Marcelo Battistella Bueno	-	1.020.653	-	-	-	1.020.653
Sergio Battistella Bueno	-	2.996.453	-	-	-	2.996.453
Empréstimos (instituições financeiras)		6.579.901	4.190.136	13.281.959	-	15.671.724
Total	-	32.276.187	18.756.012	25.618.170	-	39.138.345

	Saldo em 01/01/20		Valores atualizados / pagos	Valores atualizados / Recebidos	Saldo em 31/12/20	
	Ativo	Passivo			Ativo	Passivo
Fernando Luis Cardoso Bueno	-	2.488.597	8.951.591	8.853.466	-	2.390.472
Mathias Alexey Woelz	-	17.324.163	-	-	-	17.324.163
Paulo Battistella Bueno	-	2.010.975	1.730.429	1.684.000	-	1.964.545
Marcelo Battistella Bueno	-	1.020.653	-	-	-	1.020.653
Sergio Battistella Bueno	-	2.996.453	-	-	-	2.996.453
Empréstimos (instituições financeiras)	-	9.017.033	2.437.132	-	-	6.579.901
Total	-	34.857.874	13.119.152	10.537.466	-	32.276.187

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não contabilizou despesa com remuneração de seu pessoal-chave.

No exercício de 2021 e 2020 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria, de rescisão de contrato de trabalho nem remuneração baseada em ações.

11. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	31/12/2021 Líquido	31/12/2020 Líquido
Implementos agrícolas	10%	674.670	(444.240)	230.429	190.454
Máquinas agrícolas	10%	3.201.070	(2.402.931)	798.139	722.501
Caminhões	25%	186.759	(186.759)	-	-
Silos e secadores	4%	201.492	(99.299)	102.193	69.040
Veículos	20%	302.011	(285.577)	16.434	44.736
Custo formação pastagem (em andamento)	-	3.611.729	-	3.611.729	3.558.915
Imobilizado em andamento (silos e currais)	-	6.135.318	-	6.135.318	6.043.761
Imobilizado em andamento (rebanho)	-	490.387	-	505.044	481.387
Consórcios para aquisição de imobilizado	-	153.208	-	153.208	135.665
Outros	-	521.872	(43.100)	478.772	344.106
Total		15.478.516	(3.461.908)	12.031.266	11.590.565

Movimentação do custo

	01/01/2020	Adição/Baixa	31/12/2020	Adição/Baixa	31/12/2021
Implementos agrícolas	526.260	68.410	594.670	80.000	674.670
Máquinas agrícolas	2.951.070	-	2.951.070	250.000	3.201.070
Caminhões	186.759	-	186.759	-	186.759
Silos e secadores	65.299	68.548	133.847	67.645	201.492
Veículos	302.011	-	302.011	-	302.011
Custo formação pastagem (em andamento)	2.600.165	958.750	3.558.915	52.813	3.611.729
Imobilizado em andamento (silos e currais)	4.845.545	1.198.216	6.043.761	91.557	6.135.318
Imobilizado em andamento (rebanho)	-	481.387	481.387	23.657	505.044
Consórcios para aquisição de imobilizado	113.464	22.201	135.665	17.543	153.208
Outros	114.742	238.167	352.907	168.965	521.872
Total	11.705.315	3.035.679	14.740.994	737.523	15.493.173

Movimentação da depreciação

	01/01/2020	Adição/Baixa	31/12/2020	Adição/Baixa	31/12/2021
Implementos agrícolas	(360.954)	(43.262)	(404.216)	(40.024)	(444.240)
Máquinas agrícolas	(2.067.851)	(160.718)	(2.228.569)	(174.363)	(2.402.931)
Caminhões	(186.759)	-	(186.759)	-	(186.759)
Silos e secadores	(38.221)	(26.586)	(64.807)	(34.493)	(99.299)
Veículos	(208.252)	(49.023)	(257.275)	(28.303)	(285.577)
Outros	-	(8.804)	(8.804)	(34.296)	(43.100)
Total	(2.862.037)	(288.393)	(3.150.429)	(311.479)	(3.461.908)

Bens em garantia

Os bens adquiridos via FINAME (caminhões, máquina e implementos agrícolas) são garantias dos próprios financiamentos.

12. Fornecedores

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores diversos	270.538	185.971
Synagro Comercial Agrícola S.A.	385.544	201.030
Adam Getlinger	5.540.978	5.540.978
Total	6.197.059	5.927.979

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	656.081	387.001
Não Circulante	5.540.978	5.540.978

A exposição da Companhia a risco de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 20 – Instrumentos Financeiros.

13. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos e taxa de juros	31/12/2021	31/12/2020
Finame	Juros de 3,4 a 4 % a.a.	25.371.269	18.415.429
Cédula de Produtor Rural - (CPR)	Juros de 7% a.a.	3.011.970	17.667.076
Cédula de Crédito Bancário	Juros de 10.7% a.a.	397.014	-
Total de empréstimos		28.780.253	36.082.505
Circulante		16.763.426	16.777.077
Não circulante		12.016.827	19.305.428

A Companhia não divulgou o valor justo dos empréstimos e financiamentos por entender que esse valor se aproxima do valor contábil.

Em 31 de dezembro de 2021, não há cláusulas restritivas (*covenants*) a serem cumpridas, tais como índices operacionais e econômico-financeiros, e não há instrumentos financeiros derivativos em aberto pela Companhia.

Garantias

A totalidade dos empréstimos e financiamentos é garantida por hipotecas e alienações fiduciárias, incluindo ativos e avais. Os ativos oferecidos em garantia de empréstimos e financiamentos pertencem à Companhia.

Movimentação

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	36.082.505	27.639.942
Captação	18.871.975	31.736.576
Pagamento (principal e juros)	(28.924.248)	(25.927.877)
Atualização	2.750.021	2.633.864
Saldo final	28.780.253	36.082.505

14. Patrimônio Líquido

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 20.000.000,00 (em 31 de dezembro de 2020, mesmo valor) composto por 20.000.000 ações (em 31 de dezembro de 2020, mesma quantidade). As ações ordinárias sem valor nominal em 31 de dezembro de 2021 estão demonstradas a seguir:

Acionista	Subscritas	Ações integralizadas	Participação %
Mathias Alexey Woelz	4.676.708	4.676.708	23,38%
Fernando Luis Cardoso Bueno	4.676.708	4.676.708	23,38%
Sergio Battistella Bueno	4.676.708	4.676.708	23,38%
Paulo Battistella Bueno	4.676.708	4.676.708	23,38%
Praxis Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda.	525.490	525.490	2,63%
Marcelo Battistella Bueno	388.896	388.896	1,94%
João Pedro Ferraz Bueno	148.782	148.782	0,74%
Sebastião da Silva Pimentel Júnior	140.000	140.000	0,70%
Laércio Aparecido Branco	70.000	70.000	0,35%
Eliton de Almeida Santos	20.000	20.000	0,10%
Total	20.000.000	20.000.000	100%

Resultado do exercício

Do resultado apurado em cada exercício serão deduzidos, antes de qualquer outra participação, os prejuízos acumulados e a provisão para imposto de renda. Eventual prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

Reserva legal

Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzida a parcela de 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social.

Dividendos mínimos obrigatórios

Do saldo restante, após absorção do prejuízo acumulado, feitas as deduções e destinações, será distribuído aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado de acordo com o Artigo nº 202 da Lei nº 6.404/76.

O saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

15. Receita líquida

	31/12/2021	31/12/2020
Receita: Comercialização de soja	14.858.984	8.494.363
Receita: Comercialização de milho	-	129.696
Receita: Comercialização de gado	270.399	-
(-) Devolução	(229.483)	(84.567)
Total	14.899.900	8.539.492
(-) Impostos		
PIS	(59.652)	-
Cofins	(275.316)	-
SENAR	(41.441)	-
ICMS	-	(6.226)
Funrural	-	(19.683)
Total	(376.409)	(25.909)
Total	14.532.491	8.513.583

16. Gastos por natureza

	31/12/2021		
	Custos dos serviços prestados	Despesas administrativas e gerais	Total
Preparo do solo	6.737.220	-	6.737.220
Serviços de terceiros	108.165	-	108.165
Custo do gado vendido	127.689	-	-
Depreciações	311.479	-	311.479
Taxas e tributos	-	160.016	160.016
Outros	476.867	968.857	1.445.724
Total	7.761.420	1.128.873	8.762.604

	31/12/2020		
	Custos dos serviços prestados	Despesas administrativas e gerais	Total
Preparo do solo	3.448.496	-	3.448.496
Serviços de terceiros	108.679	-	108.679
Depreciações	288.392	-	288.392
Taxas e tributos	-	127.612	127.612
Outros	1.272	782.280	783.552
Total	3.846.839	909.892	4.756.731

17. Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Receita financeira		
Outras receitas	19.931	7.379
Rendimentos financeiros	2.406.652	56.939
Total	2.426.583	64.318
Despesa financeira		
Juros passivos	(2.697.419)	(2.633.865)
IOF	-	(404)
Despesas contratuais de financiamentos	(98.454)	(111.772)
Outras despesas	(1.470.134)	(234.793)
Total	(4.266.007)	(2.980.834)
Resultado financeiro líquido	(1.839.424)	(2.916.515)

18. Outras receitas e despesas operacionais

	31/12/2021	31/12/2020
Venda de propriedade rural	9.118.000	
Terra nua	(3.805.562)	
Outras despesas	(263.374)	(158.865)
Total	5.049.064	(158.865)

19. Imposto de renda e contribuição social

Os cálculos do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, bem como suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

O Imposto de Renda foi calculado considerando as atuais alíquotas, e a Contribuição Social sobre o lucro foi apurada considerando-se a taxa de 8%, conforme a legislação em vigor.

A conciliação do resultado dos impostos diretos segue demonstrada:

	2021	2020
Imposto de renda		
Faturamento	15.129.383	8.513.583
(-) Vendas canceladas	(229.483)	
(-) ICMS /PIS/Cofins/Funrural	376.409	-
Base de cálculo	14.899.900	8.513.583
Percentual de presunção		8%
Base de cálculo - faturamento	1.191.991	681.087
Outras receitas	3.676.122	24.894
Receita financeira	-	56.939
Base de cálculo total	4.868.114	762.920
Alíquota	15%	15%
IRPJ a recolher	730.217	114.438
Adicional	10%	10%
IRPJ a recolher (adicional)	337.700	52.292
IR	1.067.917	166.730
Contribuição social a recolher		
Faturamento	15.129.383	8.513.583
(-) Vendas canceladas	(229.483)	
(-) Vendas canceladas/devoluções/IPI e ICMS ST	376.409	
Base de cálculo	14.899.900	8.513.583
Percentual de presunção	12%	12%
Base de cálculo - faturamento	1.191.991	1.021.630
Outras receitas	3.499.313	24.894
Receita financeira	-	56.939
Base de cálculo total	5.287.301	1.103.463
Alíquota	9%	9%
CSLL	475.857	99.312

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são decorrentes da adoção do pronunciamento contábil CPC 29 (R1) – Ativo Biológico conforme composição que segue:

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia estão apresentados a seguir:

	2021	2020
Varição do valo justo do ativo biológico	11.114.630	309.255
Base de presunção IR – 8%	889.170	24.740
Alíquota do IR – 25%	222.293	6.185
Base de presunção CS – 12%	1.333.756	37.111
Alíquota do CS – 9%	120.038	3.340
Total	342.331	9.525

20. Instrumentos financeiros

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Companhia gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Companhia consiste em caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, como segue:

- **Fornecedores:** possuem prazo médio de 30 dias;
- **Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas:** estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Companhia não mantém instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se esses valores fossem liquidados antecipadamente:

Ativos	31/12/2021	31/12/2020
Banco conta movimento	8.499	73.010
Aplicações financeiras	616.675	276.230
Passivo		
Fornecedores	(6.197.059)	(5.927.979)

21. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As premissas de risco adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis. Consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes.

* * *